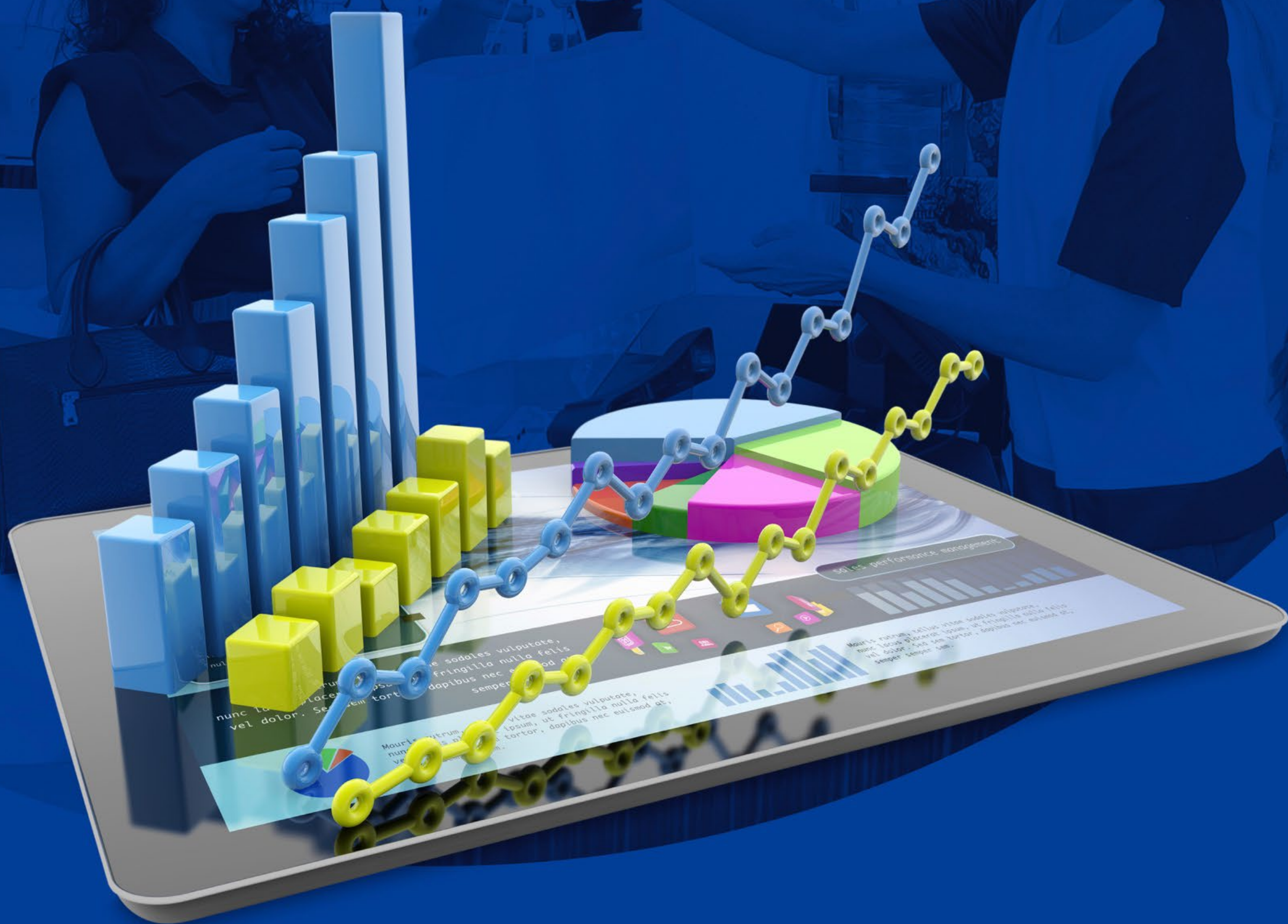




PANORAMA DO COMÉRCIO

FEVEREIRO/2022



RESUMO

Vendas do comércio avançam em 2021, após queda registrada em 2020; inflação segue elevada no início do ano, mas as projeções indicam desaceleração nos próximos meses

À medida que os dados vão sendo divulgados, o quadro da economia brasileira em 2021 vai se completando. Este relatório destaca o desempenho do comércio ao longo do último ano, além de mostrar um balanço do mercado de trabalho e do mercado de crédito, e de atualizar outros dados referentes a janeiro de 2022.

Conforme era esperado, em 2021, segundo ano marcado pela pandemia de coronavírus, as vendas do varejo ampliado, que inclui o comércio varejista, além do comércio de veículos, motos, peças e materiais para construção, cresceram. O avanço foi de 4,5% e sucedeu uma queda de 1,4% em 2020. O crescimento esteve mais concentrado na primeira metade do ano. Na segunda metade, houve moderação do ritmo de crescimento, mas essa desaceleração não chegou a comprometer o resultado do ano como um todo. Cumpre notar ainda que a recuperação não foi homogênea: das oito atividades detalhadas pelo IBGE, metade registraram queda das vendas em 2021.

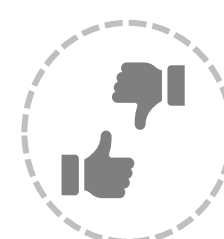
Com o avanço da vacinação, daqui para frente a expectativa é de que o desempenho das vendas do comércio dependa essencialmente da dinâmica própria da economia. Nesse sentido, a inflação, o desemprego e a taxa básica de juros são variáveis que merecerão cada vez mais atenção.

Panorama do Comércio



4,5%

Avanço das vendas do varejo ampliado em 2021



84,9 pontos

Índice de Confiança do Comércio



643,7 mil

Vagas formais criadas pelo comércio em 2021

Panorama Macro



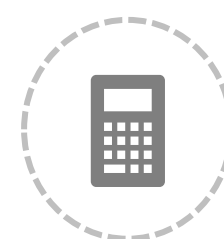
2,7 milhões

Vagas formais criadas na economia



10,38%

Inflação de janeiro de 2022 (IPCA)



10,75%

Meta para a taxa SELIC

Como se verá ao longo deste relatório, a inflação segue alta, acima dos 10% no acumulado de 12 meses. As expectativas, no entanto, é que o ritmo de crescimento dos preços deverá arrefecer nos próximos meses, diminuindo a pressão sobre a renda das famílias.

A desaceleração da inflação será crucial para o desempenho do consumo e, portanto, para as vendas do varejo. O desempenho da atividade econômica e o reflexo disso no emprego também serão pontos de atenção. Os dados do CAGED destacados neste relatório mostram um número expressivo de criação de vagas formais de trabalho em 2021, sendo que o comércio criou um em cada quatro postos de trabalho no último ano. Repetir esse desempenho em 2022 contribuiria em muito para a redução do desemprego e alívio da situação das famílias.

No termômetro dos consumidores, um novo indicador apurado pelo Banco Central mostra que a renda disponível das famílias vem caindo nos últimos meses, o que se reflete nos dados de endividamento e confiança do consumidor.

É sabido que 2022 começa com as expectativas deterioradas. No entanto, se confirmada a superação da crise sanitária, ainda há tempo para uma reação da atividade econômica que garanta mais um ano de crescimento do PIB, criação de postos de trabalho e avanço das vendas do comércio.

Termômetro do consumidor



-5,7%

Queda da renda disponível das famílias



76,3%

Percentual de famílias com dívidas



74,1 pontos

Indicador de Confiança dos Consumidores

VENDAS DO VAREJO

Vendas do varejo ampliado encerram 2021 com crescimento de 4,5% na comparação com 2020

O volume de vendas do comércio varejista ampliado cresceu em 2021, depois de registrar queda em 2020, no primeiro ano de pandemia. De acordo com dados do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, o avanço foi de 4,5%. O varejo ampliado considera, além do comércio varejista, as vendas de materiais para construção, veículos, motocicletas e peças. Considerando apenas o comércio varejista, o desempenho foi mais modesto, mas ainda assim positivo, com avanço de 1,4% no ano. Os resultados positivos de 2021 já eram previstos, mesmo com a desaceleração mais recente do setor. Analisando o desempenho das vendas do comércio ao longo dos últimos dez anos, observa-se dois períodos de interrupção do crescimento: o primeiro foi em durante o triênio recessivo de 2014 a 2016, quando o setor amargou três anos seguidos de fortes queda; o segundo período foi o primeiro ano da pandemia. A queda das vendas provocada pela pandemia foi forte, mas também rápida. A recuperação do setor começou no segundo semestre de 2020, à medida que os protocolos sanitários foram sendo estabelecidos e as atividades foram sendo retomadas.

Volume de vendas

Comércio varejista

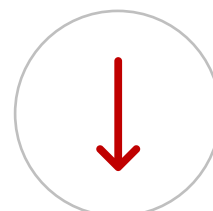
1,4%

Variação anual
2021 ante 2020



-0,1%

Variação mensal
dez-21 ante nov-21



Varejo ampliado

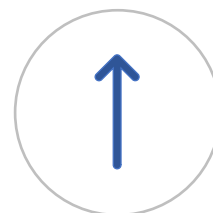
4,5%

Variação anual
2021 ante 2020



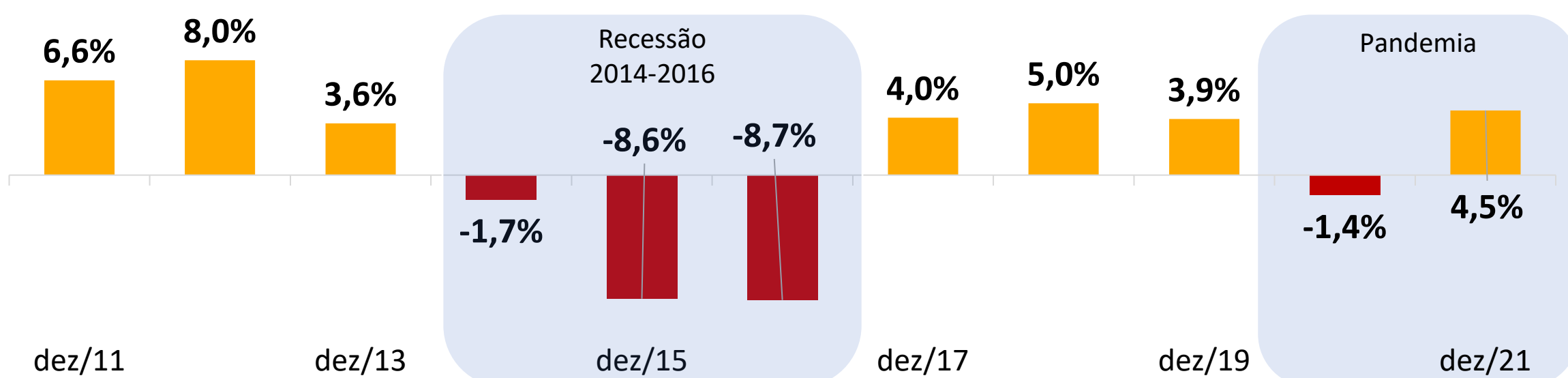
0,3

Variação mensal
dez-21 ante nov-21



O comércio na última década









Crescimento do volume de vendas do comércio por ano



VENDAS DO VAREJO POR SEGMENTOS

Na comparação entre 2021 e 2020, volume de vendas cresceu em quatro das oito atividades analisadas pelo IBGE

Nem todos os segmentos do comércio apresentaram desempenho positivo das vendas em 2021. Das oito atividades detalhadas pelo IBGE, quatro registraram aumento das vendas e quatro registraram queda no último ano. A diferença é reflexo de fatores conjunturais e de transformações nos hábitos de consumo. O segmento de Livros, Jornais, Revistas e Papelaria, por exemplo, registrou a maior queda no ano, com redução de 16,9% do volume de vendas. Já o segmento de Móveis e eletrodomésticos notou queda de 7,0%. Também tiveram queda no volume de vendas os segmentos de supermercados (-2,6%) e materiais para escritório (2,0%). As outras quatro atividades segregadas pelo IBGE registraram altas em 2021. No segmento de Tecidos, vestuário e calçados, o crescimento anual foi de 13,8%, o maior entre todos os segmentos. Na sequência, apareceu o segmento de Outros artigos de uso pessoal, que engloba o comércio de joias, óticas, entre outros, com avanço de 12,7%. As vendas de Artigos médicos e farmacêuticos registraram alta de 9,8%. Por fim, com resultado próximo da estabilidade, as vendas de Combustíveis e Lubrificantes avançaram 0,3% em 2021.

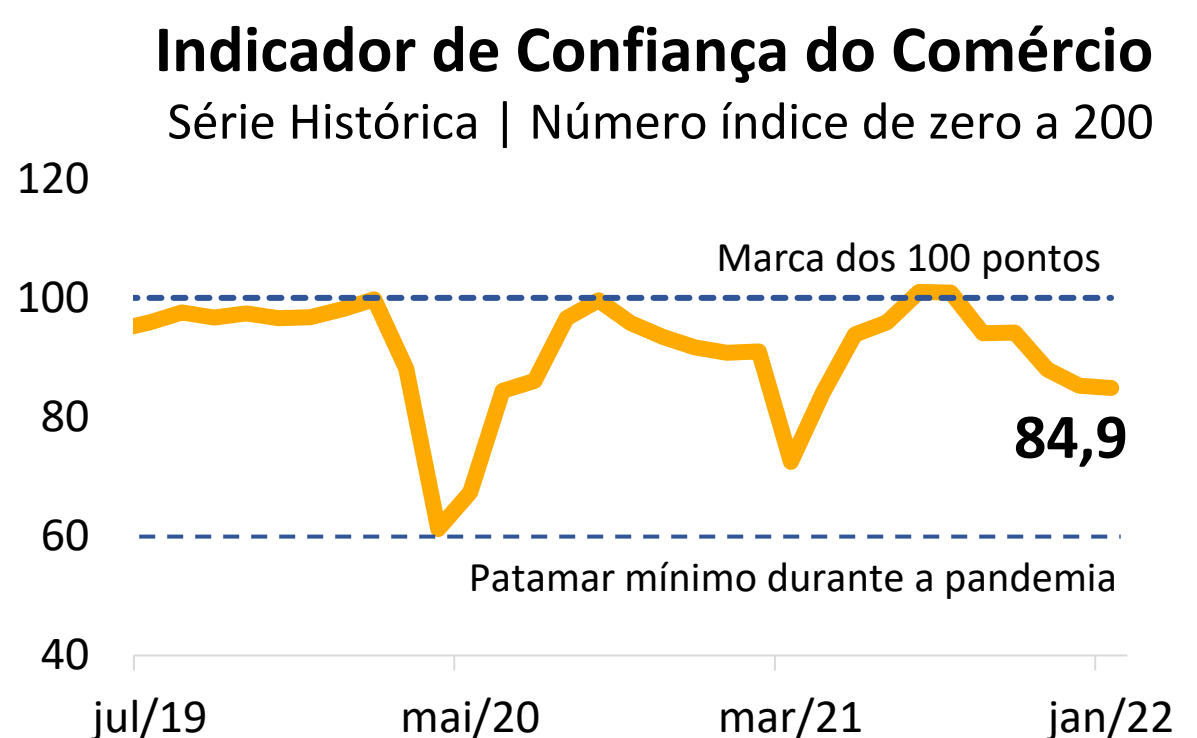
Segmento	Crescimento em 2021
 Tecidos, vestuário e calçados	13,8%
 Outros artigos de uso pessoal	12,7%
 Artigos médicos e farmacêuticos	9,8%
 Combustíveis e lubrificantes	0,3%
 Materiais para escritório	-2,0%
 Supermercados	-2,6%
 Móveis e eletrodomésticos	-7,0%
 Livros, jornais, revistas e papelaria	-16,9%

INDICADOR DE CONFIANÇA DO COMÉRCIO

Confiança do comércio cai pela terceira vez seguida com a piora da percepção da situação atual; expectativas registram alta

O Indicador de Confiança do Comércio apurado pela **Fundação Getulio Vargas (FGV)** registrou queda pela terceira vez consecutiva. Na primeira medição de 2022, a pontuação foi de 84,9. Na medição anterior, de dezembro de 2021, o indicador marcara 85,3 pontos. Apesar da queda, o número ainda se situa acima dos patamares observados no auge da crise, quando chegou perto dos 60 pontos.

O dado de confiança pode ser lido como um termômetro do desempenho do setor e guarda correlação com os dados oficiais de vendas. Pela metodologia do indicador, valores acima de 100 mostram que a maior parte desses empresários está otimista; valores abaixo dessa marca indicam que a maior parte está pessimista. O Indicador de Confiança é formado por dois componentes: o Indicador de Situação Atual, que mede a percepção dos empresários com o momento presente; e o Indicador de Expectativas, que mede as perspectivas para os próximos meses. Em janeiro de 2022, o componente da situação atual pontou 80,5, abaixo dos 90,0 pontos registrados para as expectativas. A piora do quadro da confiança do comércio relaciona-se com a deterioração das expectativas para a economia, num cenário que combina a expectativa de baixo crescimento, inflação elevada e juros em alta.



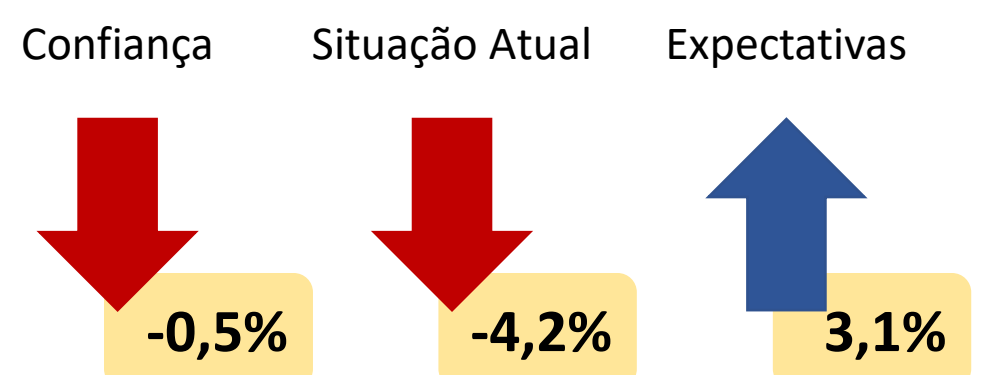
Componentes da Confiança

Número Índice de zero a 200

	nov/21	dez/21	jan/22
Indicador de Confiança	88,0	85,3	84,9
Situação Atual	88,3	84,0	80,5
Expectativas	88,2	87,3	90,0

Variação da confiança

Comparação entre jan-22 e dez-21

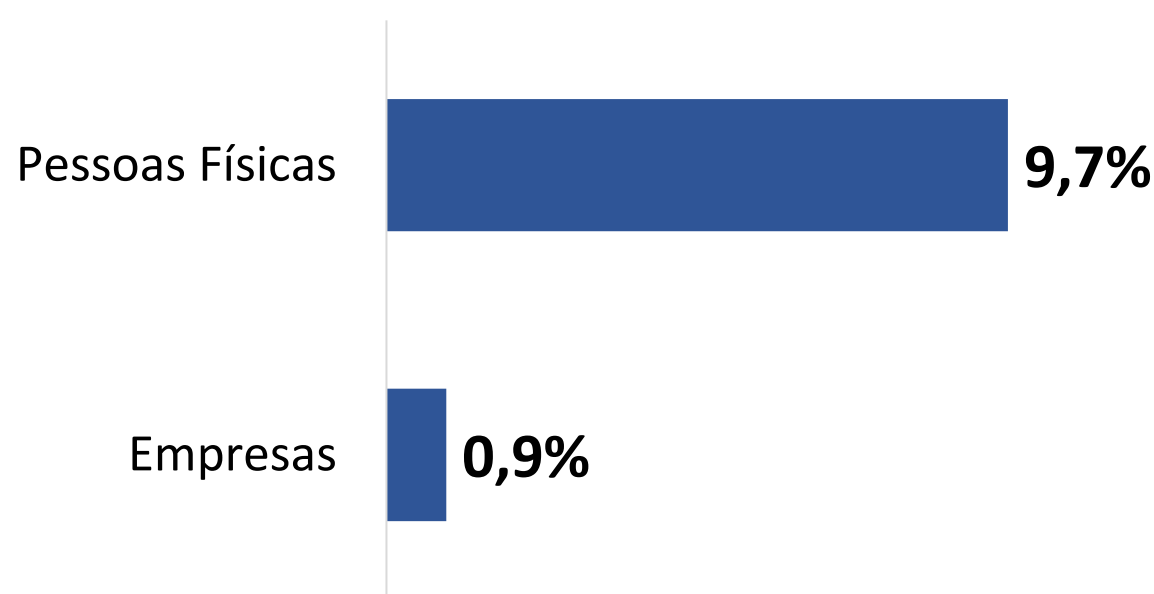


MERCADO DE CRÉDITO

Crédito a pessoas físicas avança 9,7% em 2021; no segmento de crédito a empresas, PMEs foram destaque

Saldo de crédito em 2021

Crescimento na comparação com 2020



Em 2021, o saldo de empréstimos e financiamentos feitos pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN) registrou crescimento em termos reais para os segmentos de pessoas físicas e de empresas. Para as pessoas físicas, o avanço foi de 9,7%. Já para as empresas, a alta foi de 0,9%. Esses números se baseiam em dados do **Banco Central do Brasil** e foram deflacionados.

Em 2020, o quadro foi distinto: naquele ano, impulsionado pelas medidas governamentais de combate à pandemia, o crédito a empresas registrou avanço maior do que o crédito às famílias. O detalhamento dos dados para cada segmento mostra a importância de duas modalidades de crédito para as famílias: o crédito consignado e o cartão de crédito. Considerando apenas o chamado crédito livre (que exclui o financiamento imobiliário e outras modalidades cujas taxas de juros não definidas pelo mercado), o consignado e o cartão representam mais da metade do saldo de crédito destinado às pessoas físicas. No segmento do crédito a empresas, vale destacar que o saldo de crédito destinado a pequenas e médias empresas cresceu 6,7%, enquanto o crédito às grandes empresas recuou 3,0%. Essa diferença mostra efeito dos programas voltados para ampliar o acesso dos pequenos negócios ao mercado de crédito criados durante a pandemia.

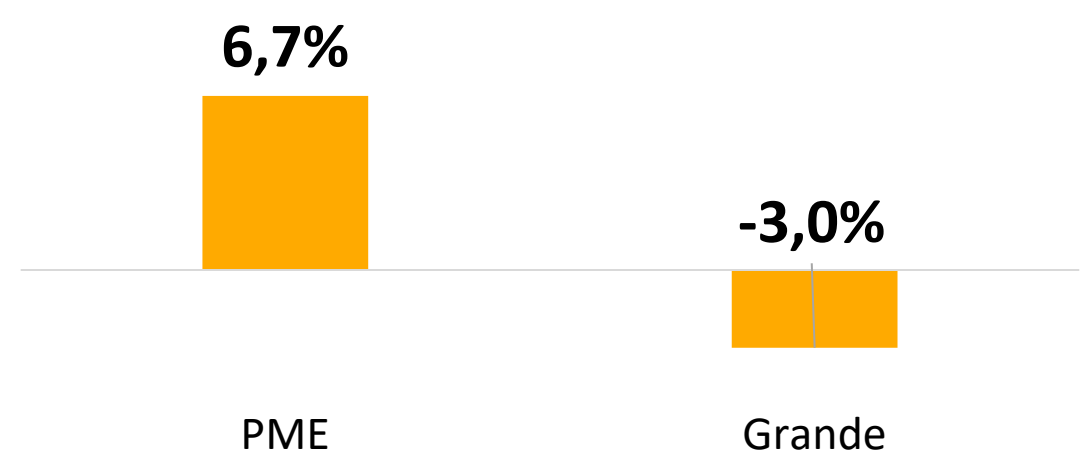
Principais modalidades para PF

Volume e crescimento em 2021

	Volume	Variação
Crédito consignado	513,5	34,0%
Cartão de crédito	391,8	25,9%
Aquisição de veículos	241,3	16,0%

Crédito para empresas por porte

Variação na comparação com 2021



MERCADO DE TRABALHO

2,7 milhões de vagas formais foram criadas em 2021; Comércio contribuiu com um em cada quatro postos criados

Com a gradativa redução das restrições ao funcionamento das atividades econômicas, 2021 registrou a criação de 2,7 milhões de postos formais de emprego. O número é do **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**. No comércio, 643,7 mil vagas formais foram criadas em 2021, o equivalente a uma em cada quatro vagas criadas na economia como um todo.

Criação de vagas em 2021

Todos os setores



2,7 milhões
de empregos formais

Comércio

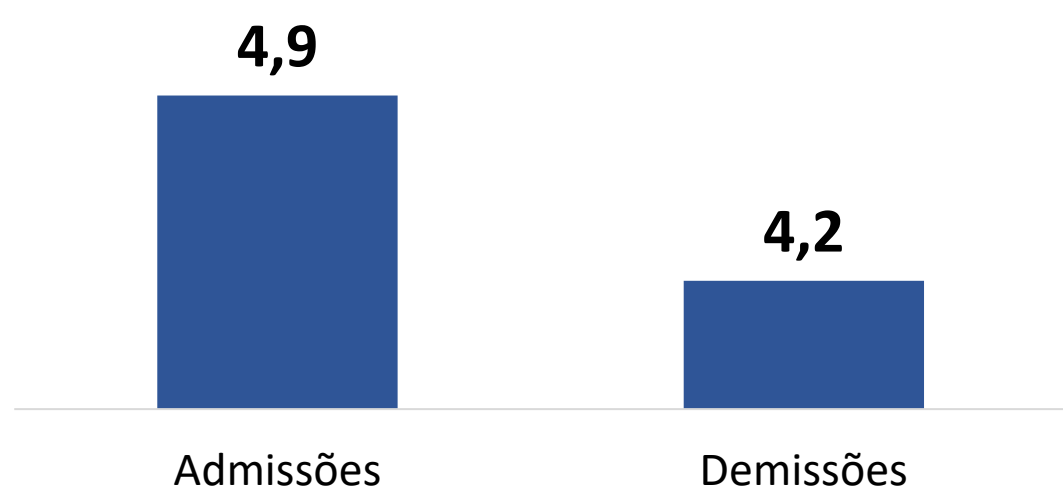


643,7 mil
de empregos formais

O saldo positivo de vagas criadas no setor de comércio resultou de cerca de 4,9 milhões de admissões e 4,2 milhões de demissões. Ao longo de todos os meses de 2021, o saldo de criação de vagas foi positivo, tanto para o comércio quanto para o conjunto de todos os setores da economia. A recuperação das vagas formais iniciou-se já no segundo semestre de 2020, depois da forte queda entre o primeiro e o segundo trimestre daquele ano. Nos primeiros meses da pandemia, o estoque de empregos formais passou de 39,1 milhões para 37,3 milhões, com um saldo negativo de 1,7 milhão de postos de trabalho. Desde então, mês após mês, os números positivos de criação de vagas levaram a um estoque de empregos formais de 41,3 milhões em dezembro de 2021, acima dos níveis registrados antes da pandemia. Apesar disso, a taxa de desemprego permanece elevada porque depende da dinâmica do tamanho da força de trabalho e das vagas informais.

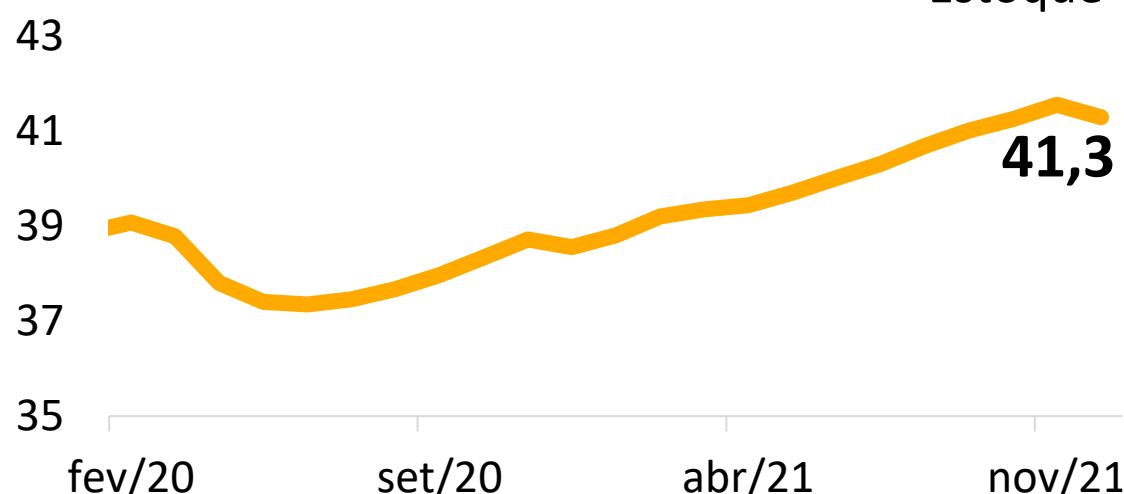
Admissões e demissões no Comércio

2021



Empregos formais na economia

Estoque



INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA

SELIC chega a 10,75% ao ano e comitê do Banco Central sinaliza novo aumento; inflação segue acima dos 10%

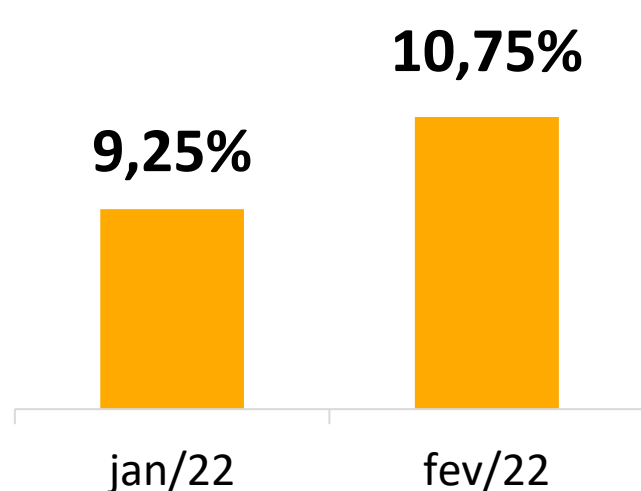
Comunicado do COPOM

“ No cenário de referência para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções. Por um lado, uma possível reversão, ainda que parcial, do aumento nos preços das commodities internacionais em moeda local produziria trajetória de inflação abaixo do cenário de referência. Por outro lado, políticas fiscais que impliquem impulso adicional da demanda agregada ou piorem a trajetória fiscal futura podem impactar negativamente preços de ativos importantes e elevar os prêmios de risco do país.”

De acordo com dados do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, a inflação voltou a acelerar em janeiro de 2022, chegando a 10,38% nos últimos 12 meses. A meta de inflação para 2022, tal como definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é de 3,5%. As projeções indicam um recuo da inflação até o final do ano, mas, ainda assim, a variação dos preços deverá superar mais uma vez a meta. De acordo com o IBGE, oito dos nove grupos de bens e serviços que compõem o índice oficial de inflação tiveram alta no mês de janeiro, com destaque para Alimentação e Bebidas e Artigos de residência. Antes mês mesmo da divulgação do dado de inflação, o Comitê de Política Monetário do Banco Central (COPOM) decidiu por aumentar a taxa básica de juros, a chamada SELIC, em 1,5 ponto percentual. Assim, a SELIC alcançou o patamar de 10,75% ao ano. Em janeiro de 2021, a taxa básica de juros estava fixada em 2,0% ao ano. Desde então, os sucessivos aumentos foram justificados pelo avanço da inflação. A autoridade monetária acenou com a possibilidade de mais um aumento da SELIC, possivelmente menor do que 1,5 ponto percentual.

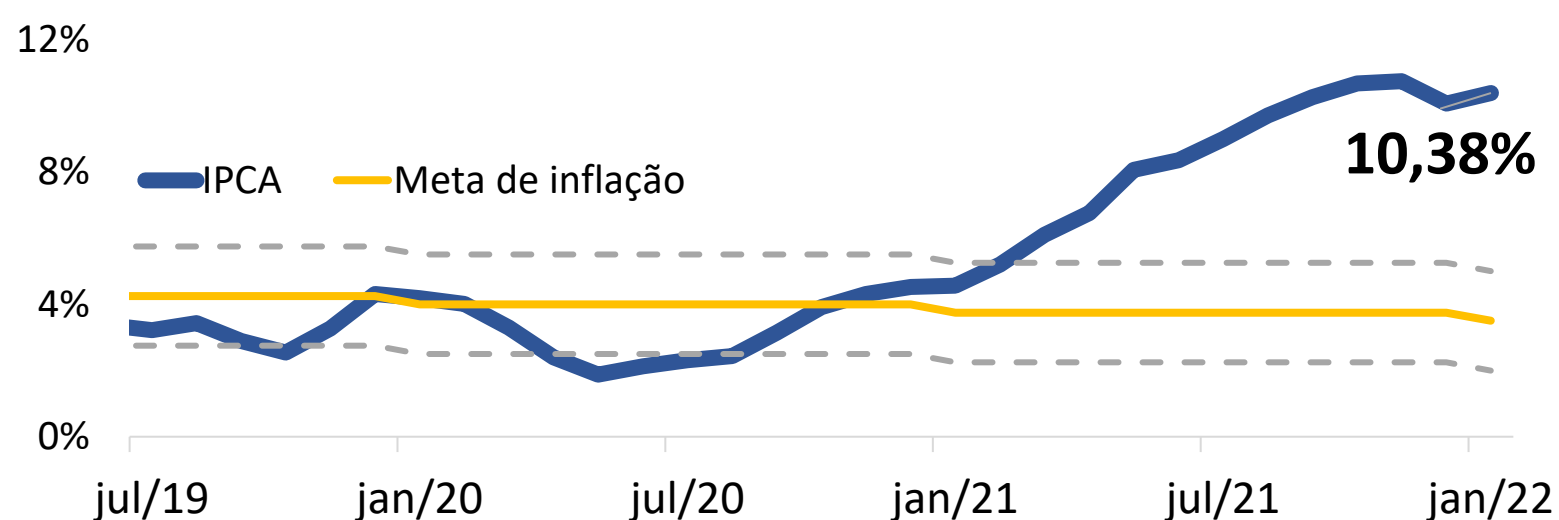
Taxa SELIC

Em % ao ano



Índice de Preços ao Consumidor Amplo

Variação acumulada em 12 meses



INDICADORES FINANCEIROS

Bolsa registra alta de 7,0% em janeiro de 2022; dólar recua e encerra o mês cotado a R\$ 5,30

IBOVESPA e varejistas na B3

Índice e preços de fechamento de mês

Código de ação e índice	Variação Mensal	Variação ante jan-21
IBOV	7,0%	-2,5%
ICON	2,3%	-23,5%
MGLU3	-3,0%	-72,3%
RADL3	-4,7%	-7,1%
CRFB3	9,3%	-12,4%
LREN3	15,1%	-32,2%
AMER3	0,4%	-61,5%

IBOV Ibovespa – ICON Índice de Consumo – RADL3 Droga Raia – CRFB Atacadão – LREN Lojas Renner – MGLU3 Magazine Luiza – AMER3 Lojas Americanas

Ainda no âmbito financeiro, o dólar deu uma trégua no início do ano, desvalorizando-se perante o real. A moeda americana iniciou o ano cotada a R\$ 5,57. Na última cotação registrada em janeiro, passou a ser cotada a R\$ 5,30. As projeções coletadas pelo Banco Central indicam o câmbio a R\$ 5,6 no final de 2022.

Depois de terminar 2021 com um desempenho negativo, a bolsa brasileira encerrou o primeiro mês de 2022 em alta. O principal índice do mercado de ações brasileiro subiu 7,0% no mês, atingindo 112.144 pontos. O resultado foi favorecido pela entrada de capital estrangeiro e ocorreu a despeito do movimento do aumento das taxas de juros. Comparado com o fechamento do índice em janeiro de 2021, o resultado ainda foi 2,5% menor, o que mostra que a bolsa ainda não retornou para a máxima histórica. Algumas das grandes varejistas listadas em bolsa também registraram altas em janeiro, revertendo parte das perdas observadas ao longo de 2021. Com a perda de dinamismo nos números do comércio no segundo semestre, o setor foi um dos que mais sofreu no mercado acionário em 2021.

Cotação do dólar

Em reais por dólar

R\$ 5,57

Fechamento dez/21

R\$ 5,30

Fechamento jan/22

-4,8%

TERMÔMETRO DO CONSUMIDOR

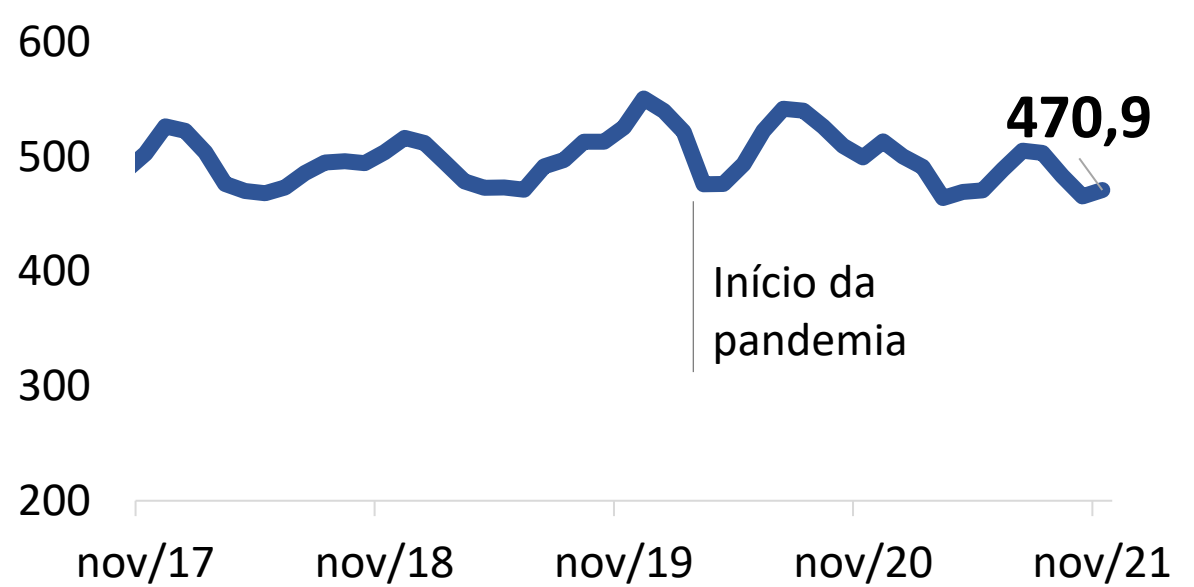
Indicador do Banco Central mostra queda na renda das famílias; endividamento atinge novo recorde, aponta CNC

Em 2021, o **Banco Central do Brasil** lançou um novo indicador para medir a renda total disponível das famílias. O dado leva em conta os salários, alugueis e programas de transferências governamentais, deduzindo os valores de impostos pagos. Trata-se da soma de ganhos disponíveis das famílias para consumo ou formação de poupança. O novo indicador substitui a estimativa da massa salarial.

De acordo com o último dado divulgado pelo BCB, a renda disponível das famílias chegou a R\$ 470,9 bilhões de reais em novembro de 2021, com queda de 5,7% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Esse número subiu no início da pandemia por efeito dos programas assistenciais, mas passou a cair a partir de agosto de 2020. Após um período de ligeira recuperação no começo de 2021, voltou a cair a partir do segundo semestre daquele ano. Outro dado importante sobre a situação das famílias foi divulgado pela **Confederação Nacional do Comércio (CNC)**. De acordo com a entidade, o percentual de famílias que declaram ter alguma dívida chegou a 76,3% em dezembro de 2021. Esse quadro ajuda a explicar a falta de otimismo, refletida nos dados confiança. Segundo a **Fundação Getúlio Vargas**, o Indicador de Confiança do Consumidor registrou 74,1 pontos em janeiro de 2022, com queda na comparação com dezembro (75,5 pontos).

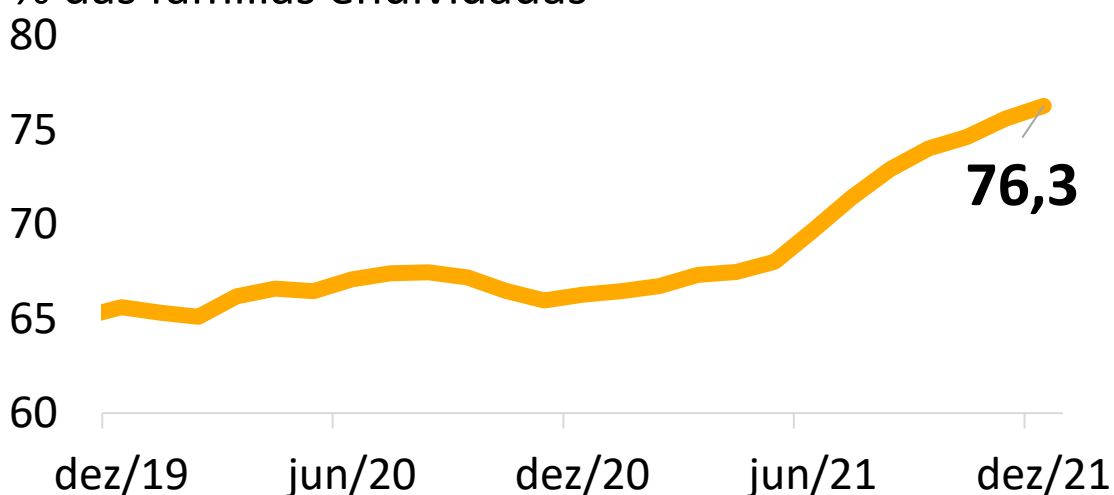
Renda Disponível das famílias

Em R\$ bilhões | Com ajuste sazonal



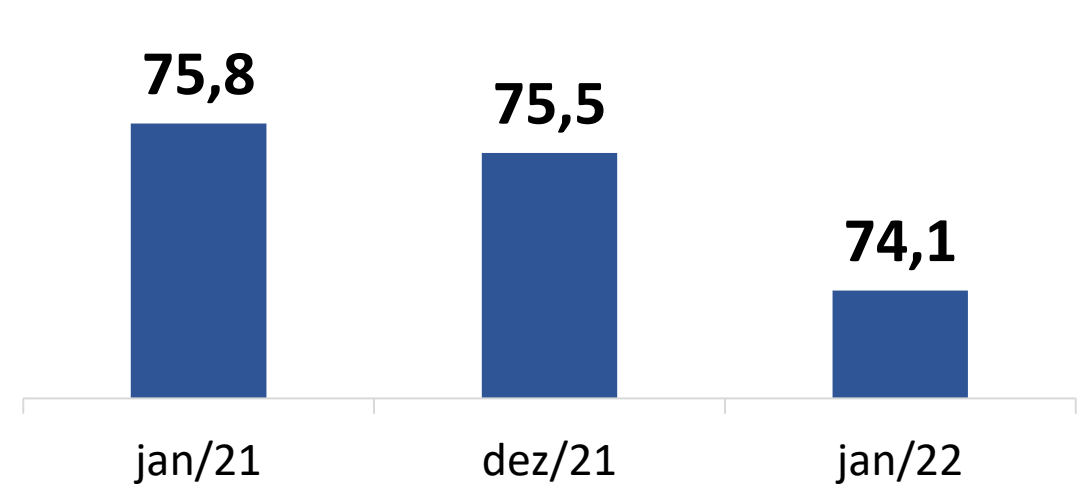
Endividamento das famílias

% das famílias endividadas



Confiança do Consumidor

Número índice de zero a 200



PESQUISAS CNDL/SPC BRASIL



RETROSPECTIVA 2021 E EXPECTATIVA DOS CONSUMIDORES PARA 2022

A pandemia da Covid-19 impactou diretamente a economia do país e o orçamento das famílias brasileiras. De acordo com levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo SPC Brasil, em parceria com a Offer Wise Pesquisas, 51% dos brasileiros acreditam que as condições da economia em 2021 pioraram em relação a 2020. A pesquisa aponta ainda que quatro em cada dez brasileiros avaliam que a própria condição financeira piorou em 2021 (43%), enquanto 31% acreditam que não melhorou nem piorou, e para 23% houve melhora. Em 2019 – período pré-pandemia –, 26% avaliaram que havia piorado e 30%, melhorado.

[Confira a pesquisa](#)

MOTIVOS DA PIORA FINANCEIRA

- **60%** consideram que seu salário/rendimento não aumentou na mesma proporção dos preços dos produtos/serviços;
- **44%** tiveram redução da renda familiar;
- **35%** ficaram desempregados ou tiveram alguém da família que perdeu o emprego;
- **26%** tiveram imprevistos financeiros.

EXPERIÊNCIAS FINANCEIRAS VIVENCIADAS EM 2021:

- **40%** tiveram que abrir mão de produtos ou serviços que compravam (aumento de 9 p.p. em comparação a 2020);
- **32%** tiveram que fazer uso de alguma reserva financeira que possuem (principalmente os homens);
- **31%** ficaram muitos meses com as contas no vermelho (aumento de 7 p.p. frente ao último ano, e sobretudo entre as classes C/D/E) e
- **31%** conseguiram pagar as contas em dia (queda de 11 p.p. em relação a 2019 e especialmente entre os mais velhos e classes A/B).

83% fizeram cortes ou ajustes no orçamento em 2021



55%
REDUZIRAM
DELIVERY



48%
CORTARAM ITENS
SUPÉRFLUOS DE
SUPERMERCADO



44%
CORTARAM A COMPRA DE
VESTUÁRIOS, CALÇADOS E
ACESSÓRIOS

MEIOS DE SUSTENTO ATUAIS:

- **34%** exercem trabalho autônomo (sobretudo os homens),
- **22%** trabalham com carteira assinada (principalmente classes A/B) e
- **22%** fazem trabalhos temporários ou “bicos”.

40% precisaram realizar trabalhos extras para manter ou aumentar a renda.

PESQUISAS CNDL/SPC BRASIL



RETROSPECTIVA 2021 E EXPECTATIVA DOS CONSUMIDORES PARA 2022

[Confira a pesquisa](#)



EXPECTATIVAS DOS CONSUMIDORES PARA 2022

EXPECTATIVA PARA O CENÁRIO ECONÔMICO DO PAÍS EM 2022:

- 63% esperam um cenário melhor para a economia em 2022;
- 17% não esperam diferença e
- 9% aguardam um cenário pior (principalmente os homens).

EXPECTATIVA PARA A VIDA FINANCEIRA PESSOAL EM 2022:

- 65% esperam que sua vida financeira em 2022 seja melhor que em 2021;
- 19% acreditam que será igual e
- 7% que será pior.

PROJETOS QUE ENVOLVEM PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ESPERA REALIZAR EM 2022:



44%

JUNTAR DINHEIRO



33%

COMPRAR/
REFORMAR CASA



33%

SAIR DO VERMELHO



28%

FAZER UMA
VIAGEM



25%

CONSEGUIR UM
NOVO EMPREGO

TEMORES EM RELAÇÃO À VIDA FINANCEIRA PARA 2022:

90% possuem algum temor quanto a sua vida financeira em 2022, sendo os principais:

- Não conseguir pagar suas contas (52%, com aumento de 13 p.p. em relação a 2019);
- Não ser possível guardar dinheiro (39%),
- Ter que abrir mão de consumir coisas que gosta (24%) e
- Não conseguir um emprego (24%, principalmente mulheres e classes C/D/E).

Principais pautas prioritárias de interesse do setor de comércio, serviços e empreendedorismo deliberadas:

Afastamento da gestante trabalhadora



O **PL 2058/2021** de autoria do Dep. Tiago Dimas (Solidariedade/TO) e relatado pela Deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF), para alterar a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar as atividades de teletrabalho de trabalhadoras gestantes.

Com a rejeição da MP 1045/2021 que vinculava o PL ao BEm (Benefício Emergencial), foi apresentado novo parecer pela relatora, a proposta garante a manutenção dos postos femininos no mercado de trabalho e segurança para as mulheres, determinando que somente as grávidas totalmente imunizadas podem voltar ao trabalho. Além disso, para as gestantes que, por força de fatores independentes de sua vontade ainda não estão imunizadas, o PL prevê a equiparação à gravidez de risco, permanecendo a gestante afastada de atividades mediante o pagamento do salário-maternidade.

Situação: Em (16/12) o plenário do Senado Federal aprovou, conseguimos pautar no Plenário Câmara no mesmo dia, mas 20h30 até 23h teve obstrução da oposição nele, sem acordo não prosseguiu a votação.

Próximos passos: aguardando votação pela Câmara dos Deputados em 2022.

Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)



O **PL 4728/2020**, relativo ao novo REFIS, para refinanciamento das dívidas de empresas e pessoas físicas, aprovado pelo Senado em 05 de agosto, mas ainda aguarda deliberação da Câmara, o PL faz parte do pacote da Reforma Tributária.

Próximos passos: aguarda votação pela Câmara dos Deputados.

CONGRESSO NACIONAL

Reforma Tributária



O **PL 2337/2021**, IR, IPI e Lucros e Dividendos, de acordo com o texto, que tem Senador Ângelo Coronel (PSD-BA), como relator, os lucros e dividendos (PJ) serão taxados em 15% a título de Imposto de Renda na fonte, mas fundos de investimento em ações ficam de fora. (PF) faixa de isenção passa de 1.903,98 para 2.500 reais mensais, uma correção de 31,3%.

Situação: O Relator Senador Ângelo Coronel (PSD/BA) tende a manifestar parecer favorável considerando o ano eleitoral e as alterações de alíquotas para pessoas físicas, mas cabe atenção quanto ao impacto da cobrança de alíquota de 15% sobre os dividendos distribuídos pelas pessoas jurídicas.

Próximos passos: Aguarda votação pelo Senado Federal.

A **PEC 110/2019**, “unificação da base tributária do consumo”, com criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, ou seja, um IVA para a União (unificação de IPI, PIS e Cofins), chamado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e um IVA para estados e municípios (unificação de ICMS e ISS), o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Situação: Aguarda votação pelo Senado Federal, relatado pelo Senador Roberto Rocha (MDB-MA). Previsto análise pela CCJ do Senado dia 16/02 de 2022.

Próximos passos: Aguarda votação pela CCJ do Senado Federal.

PL 3887/2020 (unifica o PIS/Cofins em 12% alíquota)

Situação: aguarda parecer do Dep. Luiz Carlos Motta (PL/SP), o relator, esteve presente do painel do V Fórum Nacional do Comércio dialogando com o setor produtivo. Tem sido colocado como prioridade para 2022, vamos acompanhar se pauta.

Próximos passos: Aguarda votação pela Câmara dos Deputados.

CONGRESSO NACIONAL

Parcelamento dos débitos junto ao Simples Nacional, inclusive do período da pandemia.



O **PLP 46/2021**, de autoria do Senador Jorginho Mello (PL/SC) e presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, que institui o Programa de Renegociação em Longo Prazo de Débitos para com a Fazenda Nacional ou Devidos no Âmbito do Simples Nacional (RELP), a fim de permitir o reescalonamento de débitos de natureza tributária ou não tributária, exceto contribuições previdenciárias, vencidos até 31 de maio de 2021, inclusive oriundos de parcelamentos anteriores; e cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a custear linhas de crédito às microempresas e empresas de pequeno porte (Cide-Crédito-MPE), tendo como fato gerador a quitação das prestações do Relp e incidindo sobre o valor das parcelas pagas.

Situação: Aprovado pela Câmara e Senado Federal no final de 2021, mas foi integralmente vetado pelo Presidente da República em 07/01/2022.

Próximos passos: Aguarda derrubada do veto n. 8/2022 pelo Congresso Nacional em fevereiro de 2022.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)



A **PEC 17/2019**, um pilar fundamental para a concretização do arcabouço normativo da proteção de dados pessoais e para a segurança jurídica é o estabelecimento da competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais, a qual também visa incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal.

Situação: Aprovado tanto na Câmara quanto no Senado Federal.

Próximos passos: Aguarda promulgação pelo Congresso Nacional em 10/02.

CONGRESSO NACIONAL

Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias



Projeto de Lei Complementar (PLP) n. 178/2021, que institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias.

Busca permitir que tenhamos documentos de arrecadação da União, dos Estados e Municípios, **padronizados**. Hoje temos mais de cinco mil documentos tributários só no âmbito municipal, o que dificulta em muito o pagamento de impostos.

E dever administrativo das empresas de comprovar que o pagamento do tributo foi realizado. Mais do que uma complicação burocrática, essas obrigações representam um custo altíssimo ao país. Cálculos da Associação Brasileira de Tecnologia para o Comércio e Serviços (AFRAC), apontam que o Brasil gasta, em um número considerado conservador, algo como R\$ 152 bilhões por ano com a manipulação desses documentos.

Situação: Em 26/10, o deputado Efraim Filho protocolou na Câmara dos Deputados o PLP 178/21.

Próximos passos: Aguarda ser deliberado e pautado pela Câmara dos Deputados.

Aumento do teto simples nacional seja de 4,8 milhões



Projeto de Lei Complementar (PLP) n. 127/2021 para impostos estaduais e municipais (incluindo ICMS e ISS) junto ao Simples Nacional, tenho como teto do valor de 4,8 milhões, o mesmo para impostos federais.

Situação: Apresentado pelo Senador Jorginho Mello (PL/SC), atual presidente da Frente Parlamentar mista em defesa da Micro e Pequena Empresa, e por conseguinte essa bandeira será levada pela CNDL à União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (UNECS) com intuito de que seja apoiado e realizado um trabalho conjunto no Congresso Nacional em prol da alteração da LC 123/06 através da atuação dos parlamentares da Frente Parlamentar do Comércio, Serviços e Empreendedorismo (FCS).

Próximos passos: Aguarda ser pela na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.



www.cndl.org.br

Sistema CNDL

